

Participação social nos resultados da Rio+20: a inclusão dos interesses dos grupos sociais no texto “o futuro que queremos”

Carolina Lopes Araújo¹

Raiza Gomes Fraga²

Viviane de Melo Resende³

Resumo

Com vistas a investigar a inclusão de vozes da sociedade nos resultados da Rio+20, focalizamos como (ou se) o texto “O futuro que queremos” contempla os interesses representados pelos grupos sociais (*Major Groups*) em seus pronunciamentos na Plenária da Rio+20. Metodologicamente, a pesquisa baseou-se na Análise de Discurso Crítica. Foram analisados cinco temas abordados pelos *Major Groups*: equidade social e combate à pobreza; ciência e tecnologia; aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável; governança global; e aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável. De modo geral, constata-se que os resultados da Rio+20, materializados no texto “O futuro que queremos”, não contemplam os interesses dos grupos sociais.

Palavras-chave

Rio+20; participação social; desenvolvimento sustentável; análise de discurso crítica (ADC).

Social participation in the Rio + 20 results: the inclusion of the interests of social groups in the text "The future we want"

Abstract

In order to investigate the inclusion of society's voices in the Rio+20 results, this paper focuses on how (or if) the text "The future we want" contemplates interests represented by social groups (*Major Groups*) in their pronouncements in the Plenary of Rio+20. Methodologically, the research was based on Critical Discourse Analysis. Five themes addressed by the *Major Groups* were analyzed: social equity and fight against poverty; science and technology; ecological aspects of sustainable development; global governance and economic aspects of sustainable development. In general, we can see that the results of Rio+20, embodied in the text "The future we want", do not contemplate the interests of social groups.

Keywords

Rio+20; social participation; sustainable development; critical discourse analysis (ADC).

Artigo recebido: outubro de 2017

Artigo aprovado: dezembro de 2017

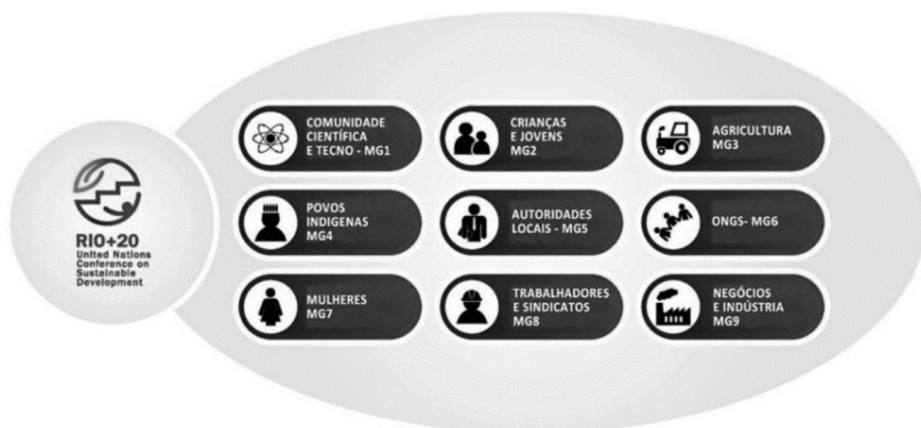
Introdução

O desafio do desenvolvimento sustentável demanda uma articulação estreita entre os países e atores sociais diversos, com colaboração, coordenação e solidariedade no nível internacional (OSTROM, 2011). Faz-se necessária, para tanto, a construção coletiva de um sistema de governança global que viabilize a transição para um modelo de desenvolvimento embasado nos conceitos de prosperidade compartilhada, capital social, bens comuns e cooperação.

Na construção de um pacto para a solução de problemas comuns e para a promoção a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS ou Rio+20), realizada no Rio de Janeiro entre os dias de 13 e 22 de junho de 2012, representou mais um esforço intensivo para a construção conceitual e de propostas de ação para o desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 mobilizou 188 Chefes de Estado e de Governo, além de representantes da Comunidade Europeia, do Vaticano e da Palestina. Ineditamente, a sociedade foi convidada a manifestar na Plenária de Alto Nível da Conferência, por meio da representação de nove grupos majoritários, denominados *Major Groups* e definidos pela Agenda 21 global (UNITED NATIONS, 1992), representados na Figura 1. A participação oficial dos *Major Groups* representa um esforço da ONU em engajar oficialmente esses grupos nos processos decisórios da Rio+20, visando maximizar e legitimar os resultados da Conferência.

Figura 1: Major Groups - grupos da sociedade civil participantes da Plenária de Alto Nível da Rio+20⁴



Fonte: “Entendendo a Rio+20 e você” (INSTITUTO HUMANITARE, 2012).

O resultado final da Rio+20 se materializou no documento intitulado “O futuro que queremos”. Conforme indica o primeiro parágrafo, o documento é o instrumento por meio do qual os chefes de Estado e de governo renovaram o compromisso com o desenvolvimento sustentável. Outro importante elemento desse primeiro parágrafo é a consideração de que a sociedade civil participou plenamente da renovação desse compromisso.

No entanto, as críticas aos resultados da Rio+20 são diversas e colocam em questão a representação dos interesses da sociedade no documento. As expectativas e os interesses dos atores sociais quanto aos resultados da Rio+20 eram muitos, diversos e, por vezes, divergentes. Após a divulgação do documento “O futuro que queremos”, a sociedade civil se declarou desapontada pelos resultados da Rio+20 e apresentou uma mensagem de repúdio assinada por mais de mil pessoas, entre elas representantes de organizações não governamentais (ONGs) e líderes do movimento ambientalista. Também os *Major Groups*, ao se pronunciarem na Plenária de Alto Nível da Rio+20, manifestaram sua insatisfação e suas críticas em relação aos resultados

da Conferência. O grupo das ONGs reivindicou que fossem retiradas, do primeiro parágrafo do texto “O futuro que queremos”, as palavras “com a plena participação da sociedade civil”, alegando que o texto não reflete as aspirações da sociedade civil⁵.

Levando-se em conta a inédita participação dos grupos sociais na Rio+20, a insatisfação desses atores e a necessidade urgente de iniciativas globais em prol da sustentabilidade, o presente trabalho buscou verificar como os principais temas representados pelos *Major Groups* em seus pronunciamentos na Plenária de Alto Nível são representados e articulados no texto “O futuro que queremos”.

Nos textos pronunciados pelos representantes dos nove *Major Groups* na Plenária de Alto Nível da Rio+20 foram identificados 5 temas mais recorrentes, quais sejam: 1) equidade social e combate à pobreza; 2) ciência e tecnologia como soluções para os desafios da sustentabilidade; 3) aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável; 4) governança para o desenvolvimento sustentável; e 5) aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável. Fundamentando-nos metodologicamente na Análise de Discurso Crítica (ADC) buscamos identificar no texto “O futuro que queremos” como esses cinco temas são representados e quais discursos se articulam nessa representação.

Metodologia

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é, ao mesmo tempo, uma teoria e um método analítico que confere especial atenção aos processos de mudança tanto nas ordens de discurso quanto nas relações de força entre atores sociais (FAIRCLOUGH, 2012). Por ser “orientada para a compreensão dos modos pelos quais o elemento discursivo funciona na prática social, especificamente no que se refere a seus efeitos em lutas hegemônicas” (RESENDE, 2012, p. 441), a ADC configura um aparato teórico-metodológico adequado para identificar discurso(s) nos resultados da Rio+20, com potencial para pôr em relevo a necessária discussão sobre sua filiação a lutas hegemônicas.

Pelo uso de categorias linguísticas aplicadas à análise discursiva, busca-se mapear o funcionamento de elementos linguístico-discursivos que operam na reificação ou na contestação de configurações das práticas sociais. As principais categorias linguísticas aplicadas à análise do texto foram: a interdiscursividade, a intertextualidade, a coesão, as funções da fala, as pressuposições, e a escolha lexical associada ao campo semântico.

O processo de análise tomou como corpus o documento final da Conferência das Nações Unidas Rio+20, intitulado “O futuro que queremos”. Os parágrafos do documento com referências aos cinco temas em análise foram destacados do texto com o auxílio do programa NVivo 10 (QRS INTERNATIONAL, 2013) para a análise panorâmica. O uso do programa permitiu mapear, nos trechos destacados, as funções discursivas, assim como a representação de discursos (interdiscursividade) e conexões com textos (intertextualidade) na representação dos temas. Nas próximas seções apresentamos os resultados da análise de discurso crítica realizada nos textos dos pronunciamentos dos *Major Groups* e no texto final da Rio+20. São apresentados neste artigo a representação de cinco temas identificados nos discursos dos *Major Groups* e sua articulação (ou não) no documento “O futuro que queremos”.

O discurso da equidade social e combate à pobreza na Rio+20

A partir da análise textualmente orientada do documento final da Rio+20, é possível aferir que o discurso do combate à pobreza e promoção da equidade social é representado intimamente imbricado com o discurso econômico. O texto articula o discurso do combate à pobreza quando apresenta a economia verde como um dos temas principais da Conferência. Por repetidas vezes, a “economia verde” é adjetivada pela expressão “no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”. Considerando-se os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental, seria

natural inferir que o desenvolvimento sustentável é incompatível com a situação da pobreza, o que leva ao estranhamento do realce concedido à questão do combate à pobreza destacado na expressão que adjetiva a “economia verde”.

No entanto, a associação de ideias concernentes à economia verde e à erradicação da pobreza auxilia na argumentação de que o crescimento econômico pode ser uma via para o desenvolvimento sustentável. O pronunciamento do Major Group Negócios e Indústria faz coro a essa proposta que vincula economia verde, crescimento econômico e redução da pobreza. No entanto, o grupo dos trabalhadores e sindicatos se mostra resistente à ideia de promoção do desenvolvimento sustentável por via do crescimento econômico e representa sua hesitação quanto à capacidade transformadora da economia verde para evitar os impactos disfuncionais do modelo econômico vigente.

Ainda articulando o discurso econômico, o texto da Rio+20 apresenta a questão do trabalho decente e da geração de emprego e renda como requisitos para o desenvolvimento sustentável inclusivo; enfatizando, ainda, a contribuição das atividades produtivas para a erradicação da pobreza, a necessidade de se promover a empregabilidade de jovens e de grupos vulneráveis, e reforçando a importância da educação e da capacitação para a inserção no mercado de trabalho. O grupo das mulheres e o grupo dos trabalhadores e sindicatos também representaram a questão do trabalho decente em seus pronunciamentos, revelando uma consonância com essa proposta. No entanto, na visão desses grupos, os resultados da Rio+20 não contemplam os interesses sociais, restringindo-se à retórica sem oferecer os meios necessários para se enfrentar os desafios do mercado de trabalho nos tempos atuais.

Concernente às atividades produtivas, tanto rurais quanto urbanas, argumenta-se no documento “O futuro que queremos” sobre a necessidade de investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento de tecnologias que incrementem a produtividade. Mas o texto

também aporta argumentos de que é preciso estimular o empreendedorismo e apoiar as atividades de pequenos produtores, contemplando, com isso, os interesses expressos pelo Major Group Agricultura. Observa-se, portanto, que o texto da Rio+20 articula dois discursos que algumas vezes se configuram antagônicos: aquele relativo aos grandes investimentos e aquele que prioriza a diversidade dos atores que atuam no mercado. A divergência entre esses discursos é representada no pronunciamento do grupo dos agricultores, quando afirma que a questão da soberania alimentar deve priorizar “as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos [...] ao invés das demandas das corporações”. A coexistência desses discursos no texto da Rio+20 desvela uma abertura à mudança discursiva com relação a esse tema, sem apresentar, entretanto, propostas efetivas para essa transformação.

O discurso sobre segurança alimentar e combate à fome são recorrentes no texto da Rio+20 e oferecem um peso moral às propostas e prioridades apresentadas no documento. Observam-se referências a esse discurso também nos pronunciamentos oficiais da comunidade científica e tecnológica, do grupo das mulheres e do grupo das crianças e jovens, além do grupo dos agricultores, como visto no parágrafo anterior. Os *Major Groups* representam a questão da fome vinculada a outros problemas do desenvolvimento de caráter político e ambiental, tais como as alterações climáticas, a justiça social e o direito de acesso a bens de necessidade básica, não se fiando à economia para o enfrentamento dessas questões. Isso destoa da abordagem encontrada no texto “O futuro que queremos” que prioriza os instrumentos econômicos e, então, oferece instrumentos políticos para o combate à pobreza e à fome, ao tempo que concede uma importância secundária às questões ambientais, representando a redução da pobreza como um provável efeito colateral positivo da sustentabilidade dos serviços ambientais.

Interessante notar no texto da Rio+20 o apagamento da questão da pobreza nos países desenvolvidos. Todo o foco da questão da

pobreza se volta para a situação dos países pobres e dos países em desenvolvimento, mesmo nas passagens do texto que se referem à crise de 2008, a qual afetou duramente as economias centrais (dos Estados Unidos e dos países europeus) (BRESSER-PEREIRA, 2010). Vale notar a tônica paternalista, quase colonialista, do texto quando se refere aos problemas e às propostas de soluções para a questão da pobreza nos países em desenvolvimento. A cooperação internacional, a ajuda financeira, as transferências de tecnologias e o comércio em nível global são apontados como meios para remediar a situação de pobreza nos países em desenvolvimento. Inerente a esse discurso está o risco de se promover (ou reforçar) a situação de dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países ricos. O discurso da soberania nacional presente no texto da Rio+20 se presta a ressalvar algumas propostas de articulação internacional para o enfrentamento de problemas globais, mas não se relaciona com as questões comerciais ou econômicas representadas no texto.

Porém, quanto às relações internacionais, se observa algumas rupturas discursivas no texto “O futuro que queremos”. O apoio à cooperação sul-sul, ou seja, entre países em desenvolvimento, aponta para uma abertura ao protagonismo desses países na definição de uma agenda de desenvolvimento colaborativa entre eles e customizada para suas necessidades e expectativas específicas. A ressalva de que “a cooperação sul-sul vem completar, mais do que substituir a cooperação norte-sul” visa responder ao receio de redução das ajudas internacionais (especialmente ajudas financeiras) oferecidas pelos países ricos aos países em desenvolvimento.

Também se lê no documento da Rio+20 referências, ainda que limitadas, à necessidade de se respeitar a identidade e a herança cultural de populações tradicionais e de valorização de práticas produtivas (e transacionais – não comerciais) e dos conhecimentos tradicionais. O que destoia das propostas tradicionais de soluções para a situação

da pobreza as quais se fundamentam nos modelos econômicos e dos modos de vida das populações dos países desenvolvidos.

Em suma, no que tange ao discurso do combate à pobreza e da promoção da equidade social, o texto da Rio+20 aborda temas caros aos grupos sociais, mas não apresenta medidas ou soluções que contemplem os interesses desses grupos. Há que se reconhecer, entretanto, que alguns discursos hegemônicos apresentam fraturas que podem ceder espaço futuramente para outros discursos mais consonantes com os interesses sociais. Isso leva a crer que no discurso sobre o combate à pobreza e a promoção da equidade social representado no texto da Rio+20 surgem espaços (ainda que restritos) para que as vozes dos grupos sociais se insiram e se articulem nas discussões internacionais, podendo gerar efeitos sobre o modelo de desenvolvimento sustentável que está sendo discutido.

O discurso da ciência e tecnologia na Rio+20

O discurso da crença no desenvolvimento tecnológico como solução para os desafios do desenvolvimento sustentável foi representado tanto nos pronunciamentos de *Major Groups* como no documento “O futuro que queremos”. Pela análise da representação desse discurso em tais textos, pudemos identificar os discursos que se articulam para lhe conferir sustentação lógica, argumentativa e política. Dentre esses, observa-se o discurso de que os conhecimentos científicos e avanços tecnológicos fundamentam o desenvolvimento sustentável.

A comunidade científica e tecnológica defende a necessidade de uma forte interface entre política e ciência. O fortalecimento dessa interface surge em diversas passagens do texto da Rio+20 e concilia-se com a reivindicação do grupo social por um quadro institucional que estimule decisões políticas baseadas em evidências científicas.

Tal discurso também está representado no pronunciamento *Major Group Negócios e Indústrias*, que aporta a reivindicação por um quadro político que leve em conta a pesquisa, a inovação e a tecno-

logia. Esse grupo defende que são necessários ganhos em eficiência, os quais podem ser alcançados por meio de inovações e aperfeiçoamento tecnológicos. A questão da inovação também está presente no pronunciamento das autoridades locais e permeia diversos parágrafos do documento da Rio+20.

No que concerne ao tema da Ciência e Tecnologia, verifica-se que o texto da Rio+20 não contrasta com os discursos representados pelos *Major Groups*. As preocupações e reivindicações manifestas nos pronunciamentos oficiais dos *Major Groups* se encontram incluídas e contempladas no documento da Rio+20. No entanto, não se observa no documento “O futuro que queremos” a marca de um discurso transformador. As propostas para o desenvolvimento sustentável não rompem com o modelo de desenvolvimento vigente. Predomina o discurso econômico hegemônico, pelo qual se preconizam as práticas comerciais e de competição mercadológica como a forma adequada de promoção da produção, da inovação e da distribuição de benefícios dos avanços tecnológicos e científicos.

A representação do discurso sobre ciência e tecnologia no documento da Rio+20 está firmado mais fortemente nos argumentos comuns à área da geopolítica do desenvolvimento e menos no discurso científico propriamente dito. Subjacente aos elementos da geopolítica do desenvolvimento presentes no texto tem-se o discurso paternalista que representa a carência e a dependência dos países menos desenvolvidos em relação à ajuda concedida pelos países ricos por meio da cooperação internacional.

Não obstante, é importante destacar que o texto apresenta breves rupturas de coesão discursiva, as quais merecem realce. Contrastando com o discurso econômico hegemônico, o texto expressa a contribuição das práticas não mercantis para o combate à pobreza. No que tange as relações entre países, algumas passagens do texto reforçam a importância delas entre países em desenvolvimento. As parcerias de cooperação sul-sul são indicadas para o aperfeiçoamento e para

utilização de conhecimentos científicos e avanços tecnológicos gerados nesses países, descortinando um discurso que estimula comportamentos emancipatórios na geopolítica mundial.

Tais rupturas, ainda que não sejam suficientes para disputar a prevalência com os discursos hegemônicos presentes no documento, exprimem discursos dissonantes e podem sinalizar abertura para mudanças nas práticas sociais com potencial para a transformação do modelo de desenvolvimento em direção à sustentabilidade.

O discurso dos aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável na Rio+20

O discurso ecológico do desenvolvimento sustentável se insere no documento final da Rio+20 e se articula ao longo de quase todo o texto. O uso de vocabulário associado ao campo ecológico do desenvolvimento e o realce de diversos assuntos ligados a esse discurso por meio do recurso da topicalização (indicação de subtítulos para seções específicas do texto) oferecem indícios de que esse discurso é representado como uma das ideias principais do texto. O discurso da urgência, fortemente representado ao longo do documento, corrobora com o indicativo de importância do discurso ecológico do desenvolvimento sustentável. À primeira vista, a representação do discurso ecológico no texto da Rio+20 parece convergir com a abordagem dessas questões pelos *Major Groups* em seus pronunciamentos oficiais. No entanto, os argumentos de valorização da natureza per si não encontram espaço no texto. De fato, se observa na representação do discurso ecológico no texto da Rio+20 um viés utilitarista que confere ênfase aos benefícios econômicos e sociais da conservação dos ecossistemas e do uso sustentável dos recursos naturais, colocando a natureza a serviço da humanidade.

Quanto às soluções para os problemas ecológicos atuais propostas no texto da Rio+20, verifica-se a dissonância com as reivindicações dos grupos sociais. O documento não aporta elementos novos que

incitem ao desenvolvimento sustentável. Não há indicativos de metas e tampouco instrumentos que conduzam ao abandono de práticas insustentáveis ou de comportamentos nocivos ao meio ambiente. Tampouco se observam no texto inovações, seja na forma de informações ou de compromissos, que promovam o desenvolvimento sustentável. Antes sim, permeia o texto a reiteração de compromissos multilaterais prévios, para os quais foram alcançados poucos resultados. A reafirmação desses compromissos, baseados nos mesmos argumentos que conduziram a sua definição, marca o texto com uma tônica de descrença em relação à capacidade transformadora da Conferência.

De fato, assim como denuncia o grupo das mulheres, o documento da Rio+20 não oferece os meios urgentes necessários para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento sustentável. Tampouco o documento apresenta proposta com força pragmática para conduzir ao desenvolvimento sustentável, tal como denuncia o grupo dos trabalhadores e sindicatos.

No que tange ao discurso ecológico, os resultados da Rio+20 parecem inócuos para promover transformações no modelo de desenvolvimento em prol da sustentabilidade. As hesitações em abordar assuntos polêmicos, os pressupostos falaciosos e os artifícios retóricos que mitigam a força das propostas fazem com que o texto transmita uma sensação de desencorajamento e frustração. Conforme está representado no texto “O futuro que queremos”, o discurso ecológico não contempla as reivindicações e os interesses dos grupos sociais e faz jus às críticas que recebeu nos pronunciamentos dos *Major Groups*.

O discurso da governança global para o desenvolvimento sustentável na Rio+20

O discurso da governança global para o desenvolvimento sustentável está representado no texto “O futuro que queremos” como um dos temas centrais da Rio+20. Dentre as medidas resultantes da Conferência, as propostas de alterações institucionais no sistema das

Nações Unidas, as quais articulam o discurso da governança global, se apresentaram com maior potencial pragmático, ou seja, com possibilidade de implementação efetiva no curto prazo, naquilo que concerne ao funcionamento interno da ONU. Isso se deve ao fato de que as três principais mudanças institucionais propostas no documento terem sido implementadas rapidamente e consagradas na 67ª e 68ª Assembleia Geral que sucederam a Conferência. O fortalecimento do PNUMA e a criação do Foro Político de Alto Nível foram medidas que se consagraram como materialização dos resultados da Rio+20. Resulta da Conferência, ainda, a formação das instituições temporárias de funções específicas: o do Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Comitê Intergovernamental para o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável, mencionados no texto da Rio+20.

Muitos discursos, caros aos *Major Groups*, se articulam na representação do discurso da governança global para o desenvolvimento sustentável no texto da Rio+20, o que leva a uma primeira impressão de que as vozes desses grupos sociais foram ouvidas nos resultados da Conferência quanto a esse assunto. Uma análise aprofundada revela que essa impressão é precipitada.

O discurso da justiça intergeracional, realçado pelo grupo das crianças e jovens, por exemplo, está presente na representação do discurso da governança global no texto da Rio+20. No entanto, da maneira como é representado no texto, especificamente no §86, esse discurso apresenta baixo potencial de se transformar em medidas de mudanças institucionais para a proteção ambiental e, dessa forma, proteger os interesses das futuras gerações, não atendendo, portanto, ao que foi solicitado pelo grupo.

De fato, o fortalecimento da instituição de proteção ambiental (PNUMA) representa um pequeno avanço em direção à sustentabilidade, mas não atende às necessidades de integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável. O quadro institucional renovado não eli-

minou os riscos de sobreposição de funções e duplicação de esforços, apesar das ressalvas e alertas representadas ao longo do texto “O futuro que queremos”. Além disso, a nova configuração das instituições do sistema da ONU mantém a tradicional dissociação entre as dimensões econômica e social e a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável. Por não avançar na integração das três dimensões do desenvolvimento e por manter a restrição do PNUMA à dimensão ambiental, a Cúpula, na opinião de Viola e Franchini (2012, p. 3), “foi um fracasso desde o ponto de vista da evolução dos mecanismos cooperativos para governar o ambiente global nos últimos 20 anos”.

A crítica de Viola e Franchini (2012, p. 3) vinculam-se à crise de representatividade denunciada no pronunciamento do grupo dos trabalhadores e sindicatos. Essa crise se torna mais evidente quando se verifica, no texto da Rio+20, que boa parte dos compromissos assumidos previamente pelos governos, com o apoio das populações de seus países, não foram cumpridos. Esse fato contribui para aumentar a descrença na capacidade dos governos em representarem os interesses de suas comunidades. Ao mesmo tempo, ele aumenta a expectativa por instrumentos de governança mais fortes e eficazes para mudar o padrão de desenvolvimento e assegurar o cumprimento dos compromissos pelo desenvolvimento sustentável.

Isso não impede, entretanto, que o discurso da representatividade também se articule no discurso da governança global presente no texto da Rio+20. Ao apresentar demandas por organizações credíveis e inclusivas para a governança global do desenvolvimento sustentável, o texto expressa a preocupação com que o quadro institucional proposto represente os interesses dos diversos stakeholders.

Mas, no que tange à inclusão dos países em desenvolvimento nos processos de tomada de decisão para o desenvolvimento sustentável, o texto apresenta rupturas lógicas significativas. Vigoram no texto dois discursos contraditórios: ao tempo em que os países em desenvolvimento são representados como dependentes de ajuda

externa e incapazes para lidar com os próprios problemas de desenvolvimento, eles são chamados, no §92, a participarem ativamente dos processos decisórios e de definição de normas para a governança global. Essa contradição revela que o discurso de governança global é deslizando entre perspectivas diversas, apesar de que é possível reconhecer a hegemonia do discurso da dependência nas referências aos países em desenvolvimento.

No que concerne à reivindicação pela inclusão dos grupos sociais nas instituições e instrumentos de governança global, as propostas de alteração institucional representadas no texto da Rio+20 contemplam esse discurso associando-o às exigências por transparência nas instituições. Diante disso, são propostas ampla difusão das informações concernentes aos avanços de implementação dos acordos e compromissos para o desenvolvimento sustentável e a inclusão dos *Major Groups* e outros stakeholders relevantes nas instituições criadas ou renovadas por meio do documento da Rio+20. Dentre esses stakeholders, recebe especial atenção a comunidade científica e tecnológica, que assume relevância realçada pelo discurso da crença na ciência e na tecnologia como soluções aos desafios do desenvolvimento sustentável, o qual também se articula na representação do discurso da governança global. A importância majorada da comunidade científica e tecnológica revela que a participação dos stakeholders não é representada no documento de forma equânime, mas reflete a relação de poder que se estabelece entre os grupos sociais. Assim sendo, o discurso de participação social que se articula na representação do discurso da governança global no texto final da Rio+20 não é suficiente para assegurar a participação efetiva de grupos vulneráveis ou grupos tradicionalmente marginalizados, discrepando do que é reivindicado pelos *Major Groups*.

O discurso da governança global está representado no documento final da Rio+20, porém não contempla as reivindicações dos grupos sociais e não se materializa em medidas efetivas de promo-

ção ao desenvolvimento sustentável, restringindo-se às alterações institucionais que promoveu. É preciso concordar com a constatação de Amazonas (2012, p. 37) de que a Rio+20 pouco avançou na questão da governança. Viola e Franchini (2012, p. 10) são ainda mais enfáticos, afirmando que, como balanço da Rio+20, “a construção de governança global ficou mais comprometida”, pois a impressão falaciosa de que foram gerados resultados efetivos concernentes à governança global do desenvolvimento sustentável “gera cinismo e cria a ficção de um progresso”.

A crítica do grupo dos trabalhadores e sindicatos, de que o documento não avançou muito além da retórica, como seria necessário, é, portanto, pertinente. A construção do desenvolvimento sustentável exige mudanças na luta hegemônica da geopolítica do desenvolvimento, rompendo-se a relação de forças tradicionalmente estabelecida entre os atores. Os poucos resultados da Rio+20 relativos à governança global para o desenvolvimento sustentável refletem que o status quo de forças conservadoras hegemônicas foi mantido, apesar dos alertas de perigo e insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente.

O discurso dos aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável na Rio+20

O discurso econômico de caráter mercantil permeia todo o documento da Rio+20 e, especialmente, condiciona a percepção dos desafios do desenvolvimento sustentável e das propostas e soluções representadas no texto “O futuro que queremos”.

Referências às questões econômicas também aparecem no pronunciamento de seis grupos sociais dentre os nove *Major Groups* que se manifestaram oficialmente na Plenária de Alto Nível da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Observa-se, no entanto, que essas referências nem sempre são convergentes e tampouco articulam os mesmos elementos e argumentos, seja comparadas entre si, seja comparadas com o documento final da Rio+20.

Um exemplo do desencontro dos discursos econômicos representados pelos *Major Groups* com o discurso econômico no texto da Rio+20 está na associação entre as dimensões do desenvolvimento sustentável representadas nesses documentos. No texto oficial da Rio+20, as dimensões econômicas e sociais são representadas com íntima imbricação, sendo recorrentes propostas de soluções econômicas (crescimento econômico, regulação de mercados, parcerias público-privadas, por exemplo) para desafios de caráter social (desemprego, soberania alimentar, acesso à tecnologia, dentre outros). Já no pronunciamento dos grupos sociais, observa-se a representação do vínculo estreito entre a dimensão ecológica e dimensão social, apoiado no argumento de que as condições ecológicas determinam muitas vezes as condições de vida. Já as atividades econômicas são apontadas pelos *Major Groups* como frequentes causadoras de desequilíbrios e problemas sociais e ecológicos. Isso se observa no pronunciamento dos representantes da agricultura, dos trabalhadores e sindicatos, dos povos indígenas e das ONGs.

De fato, esse é apenas um elemento que marca o distanciamento dos discursos articulados por esses grupos daqueles articulados no documento oficial da Rio+20. Outros pontos de desacordo entre os textos podem ser vistos na contraposição desses grupos à dinâmica dos mercados financeiros e aos interesses corporativos (especialmente, no que tange à produção de alimentos – grupo dos agricultores – e à indústria extrativista – grupo dos indígenas).

No que tange à inclusão dos interesses das comunidades tradicionais nas atividades produtivas, reivindicação presente especialmente nos pronunciamentos dos indígenas e dos agricultores, o documento da Rio+20 se endereça a essa questão. No entanto, da maneira como representadas no documento “O futuro que queremos”, tais comunidades assumem importância secundária nas propostas de desenvolvimento sustentável, sendo mencionadas de uma maneira que não contempla as reivindicações dos grupos sociais. Dessa forma,

a representação do discurso econômico no documento da Rio+20 se distancia dos interesses manifestos pelos *Major Groups* em seus pronunciamentos oficiais.

Apenas com o grupo dos negócios e indústria e com o grupo das autoridades locais o discurso econômico representado no documento a Rio+20 estabelece uma relação de convergência mais estreita. Essa conexão se dá, especialmente, por meio de duas propostas representadas no texto da Rio+20: a do uso do mercado para a promoção e difusão dos avanços tecnológicos e a proposta de incremento dos financiamentos para medidas do desenvolvimento sustentável em todos os níveis decisórios, incluindo os governos locais.

É possível afirmar que o documento da Rio+20 busca incluir os elementos discursivos articulados pelos grupos sociais em suas referências a questões econômicas. Mas, considerando a heterogeneidade desses elementos e as diferenças de posições ideológicas e interesses dos diferentes atores sociais, a inserção das vozes dos grupos sociais no texto da Rio+20 não se realiza de modo equânime. O que resulta, portanto, é que no texto final da Rio+20 o discurso econômico é representado com maior proximidade e conexão com os argumentos e interesses representados pelos grupos dos negócios e indústria e dos governos locais, ao tempo em que não atende aos interesses dos grupos dos agricultores, dos indígenas, dos trabalhadores e sindicatos e das ONGs.

O texto da Rio+20 não representa propostas de modificações profundas ou transformação do modelo econômico vigente. Antes, sim, ele propõe regulações e ajustes para assegurar que o funcionamento da economia de mercado gere benefícios que contribuam para construção do desenvolvimento sustentável. Não se negligenciam, entretanto, problemas frequentes a que esse modelo está sujeito, tais como a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos (mencionados no §266) e os subsídios ineficientes (tais como os mencionados no §117 e, também, nos §173, §225, §281, transcritos e analisados no capítulo sobre o dis-

curso ecológico), os quais devem ser eliminados por meio das regulações e legislações concernentes aos sistemas comercial e financeiro.

Não há dúvidas de que o discurso econômico representado no texto da Rio+20 assume a economia de mercado como um modelo adequado que poderia oferecer contribuições consideráveis para a construção do desenvolvimento sustentável, devendo, portanto, ser estimulado e aprimorado e não transformado ou substituído.

Considerações Finais

A análise crítica apresentada neste trabalho fundamentou-se em três pressupostos principais: 1) há urgência em se transformar o modelo de desenvolvimento com vista à sustentabilidade; 2) o desenvolvimento econômico não é suficiente para assegurar o desenvolvimento sustentável; e, 3) a gestão dos bens comuns presume a participação de stakeholders diversos.

A abordagem teórico-metodológica da análise de discurso crítica (ADC) subsidiou o exercício de análise do texto “O futuro que queremos”, em sua versão original em inglês. A escolha do material no idioma de sua redação original se justifica visto que os ajustes necessários às traduções retiravam do material alguns aspectos relevantes ao nosso estudo. Pela análise textualmente orientada do texto que materializa os resultados a Rio+20, buscou-se identificar se os discursos ali representados respondem aos interesses e reivindicações manifestos pelos *Major Groups*, uma vez que a participação dos grupos sociais e outros stakeholders é representada no texto da Rio+20 como um requisito da transparência institucional e fator de incremento do potencial de implementação e engajamento na promoção do desenvolvimento sustentável.

Mas se a participação social é avaliada positivamente e representada como uma proposta com alta modalidade deontica (alto grau de obrigatoriedade) no texto da Rio+20, tal firmeza não se evidencia quanto à participação dos países em desenvolvimento. No que tange

aos países desenvolvidos, o texto da Rio+20 os apresenta como provedores de recursos financeiros e de soluções tecnológicas e políticas aos desafios do desenvolvimento sustentável. Ao referir aos obstáculos ao desenvolvimento sustentável, o texto alude exclusivamente aos países em desenvolvimento e aos países menos desenvolvidos, ignorando a existência, nos países ricos, de problemas ambientais, sociais e econômicos que comprometem o desenvolvimento sustentável.

A cooperação internacional, por meio de transferência de recursos financeiros e de tecnologia, é representada no texto da Rio+20 como necessária para que os países em desenvolvimento possam romper com práticas insustentáveis e contribuam para o desenvolvimento sustentável em nível global. Apesar das mudanças institucionais na estrutura da ONU, alardeados como resultados efetivos da Rio+20, a Conferência não foi capaz de aportar fundos estáveis para a promoção do desenvolvimento sustentável. Da maneira como se configuram no texto da Rio+20, tais resultados não são suficientes para atender às reivindicações apresentadas pelos *Major Groups*.

Os resultados da Rio+20 explicitam a dicotomia entre a dimensão ambiental e as dimensões social e econômica do desenvolvimento sustentável. Essa separação se contrapõe à noção dos três pilares do desenvolvimento, reiterada no próprio texto. Mas, ao longo do documento está representada a primazia dos aspectos econômicos e sociais, ao tempo que se atribui importância secundária aos aspectos ambientais do desenvolvimento sustentável.

Comparando-se a representação da questão ecológica do desenvolvimento sustentável pelos grupos sociais e no texto da Rio+20, observa-se que esse é o ponto em que os resultados da Rio+20 mostraram-se mais discrepantes dos interesses manifestos pelos grupos sociais. Isso porque, contrariamente do que foi representado no texto da Rio+20, os aspectos ambientais estão representados nos pronunciamentos dos *Major Groups* como questões centrais para o desenvolvimento sustentável.

O texto apresenta a economia verde como um dos possíveis modelos econômicos em prol do desenvolvimento sustentável. O paradigma que embasa a proposta da economia verde é de que o crescimento econômico, balizado por algumas regras de caráter social e ambiental, conduz à equidade social e a preservação ambiental. Dessa forma, o texto representa positivamente as medidas de sustentabilidade defendidas pela sociedade, porém sem propor modificações transformadoras do modelo hegemônico vigente. Uma vez que os *Major Groups* reconhecem a pobreza e a degradação ambiental enquanto resultantes da dinâmica econômica, a proposta da economia verde destoa das reivindicações por eles apresentadas na Plenária de Alto Nível da Conferência.

De modo geral, observa-se que a valorização dos *Major Groups* no texto da Rio+20 reflete o status quo desses grupos no contexto sociopolítico mais amplo. Aos detentores de poder econômico (*Major Group* Negócios e Indústria), de poder político (*Major Group* Autoridades Locais) e de conhecimentos institucionalizados (*Major Group* Comunidade Científica e Tecnológica) são atribuídas importância e legitimação, ao tempo que os demais *Major Groups* são representados como vulneráveis e carentes; condição na qual devem ser beneficiados por um modelo de desenvolvimento inclusivo a ser pensado e proposto pelos grupos mais poderosos. Vale ressaltar, entretanto, que a focalização do grupo das crianças e jovens e do grupo das mulheres se presta como apoio retórico ao discurso do desenvolvimento sustentável representado no texto da Rio+20, uma vez que esses grupos remetem a atenção a valores morais caros à humanidade, sejam o respeito às gerações futuras e a igualdade entre os gêneros.

Apesar de todos os *Major Groups* serem considerados no texto final da Rio+20, seus interesses e reivindicações são contemplados de maneira desigual pelos resultados da Conferência. Os discursos representados no texto da Rio+20 ora favorecem os interesses de alguns grupos sociais, ora fragmentam as reivindicações simulando atendê-

-las, ou, em alguns casos, as negligencia por sequer mencioná-las no texto. É possível afirmar, diante disso, que os resultados da Rio+20 apresentam limitações na representação dos interesses sociais, de modo que fazem jus às críticas que receberam quanto à inclusão das vozes da sociedade civil.

Os resultados da Conferência não aportam decisões expressivas ou novas informações relevantes com potencial de transformar as práticas e as estruturas sociais a fim de ancorá-las na sustentabilidade. As rupturas discursivas que se encontram no texto podem apontar de forma embrionária para a transformação das práticas sociais vigentes. Porém, não se encontram no texto elementos que incitem a tais transformações. Os achados dessa pesquisa confirmam as avaliações de que a Rio+20 apresentou poucos resultados se comparados às expectativas nutridas quanto à Conferência.

Referências

AMAZONAS, M. Economia Verde e Rio+20: recortando o desenvolvimento sustentável. *Revista NECAT* - Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, Florianópolis, 1, n. 2, 2012. 24-39. Disponível em: <<http://stat.cbsm.incubadora.ufsc.br/index.php/necat/article/view/2236/2606>>. Acesso em: 24 abr 2017.

ARAUJO, C. L. *As vozes da Rio+20: a inserção dos interesses dos grupos sociais nos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*. Universidade de Brasília. Brasília. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?*, São Paulo, p. 51-72, mar 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100003>>. Acesso em: 01 jul 2017.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método de pesquisa social científica. *Linhas D'Água*, São Paulo, 25, n. 2, 2012. 307-329. Tradução de Iran Ferreira de Melo.

INSTITUTO HUMANITARE. Entendendo a Rio+20 e você. *Rio+20 e você*. [Online] 10 de jun de 2012. [Citado em: 23 de set de 2013.] <http://www.rio-20.org/majorgroups>.

JOHNSON, S. *UNEP the first 40 years: a narrative*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2012. ISBN 978-92-807-3314-3. Disponível em: <<http://staging.unep.org/pdf/40thbook.pdf>>. Acesso em: 01 jul 2017.

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. 29a. ed. New York: Cambridge University Press, 2011. 270 p. ISBN 978-0-521-40599-7.

QRS INTERNATIONAL. *NVivo 10*, 2013.

RESENDE, V. D. M. Representação discursiva de pessoas em situação de rua no "Caderno Brasília": naturalização e expurgo do outro. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, 12, n. 2, 2012. 439-465.

UNITED NATIONS. *Agenda 21*. United Nations Conference on Environment and Development. Rio de Janeiro: United Nations. 1992.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Sistema internacional de hegemonia conservadora: o fracasso da Rio+20 na governança dos limites planetários. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, 15, n. 3, 2012. 01-18. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n3/a02v15n3.pdf>>. Acesso em: 28 mar 2014.

Notas

- 1 Doutora em Desenvolvimento Sustentável, Professora Adjunta da Faculdade de Planaltina, Universidade de Brasília. Nº ORCID 0000-0001-7472-8465. E-mail: carolinalopesaraujo@yahoo.com.br
- 2 Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Nº ORCID 0000-0003-4904-5536. E-mail: raiza.fraga@yahoo.com.br
- 3 Doutora em Linguística (Linguagem e Sociedade), Professora Adjunta do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília. Nº ORCID 0000-0002-7791-5757. E-mail: viviane.melo.resende@gmail.com
- 4 As denominações do Major Groups foram atribuídas pela Agenda 21 (UNITED NATIONS, 1992).
- 5 Vale esclarecer que, conforme explica Johnson (2012, p. 242), o texto final da Rio+20 não foi objeto de escrutínio ou de alterações na Plenária de Alto Nível da Rio+20, de modo que não se beneficiou das propostas ou sugestões apresentadas pelos participantes, já que sua redação final foi definida previamente à realização da Plenária. De fato, a Plenária serviu para ratificar o documento e os pronunciamentos se prestaram como avaliação do documento ou de questões que ele aporta.

